

07 AGO 1997

CORREIO BRASILENSE

DF-

Tribunal aprova contas do Metrô

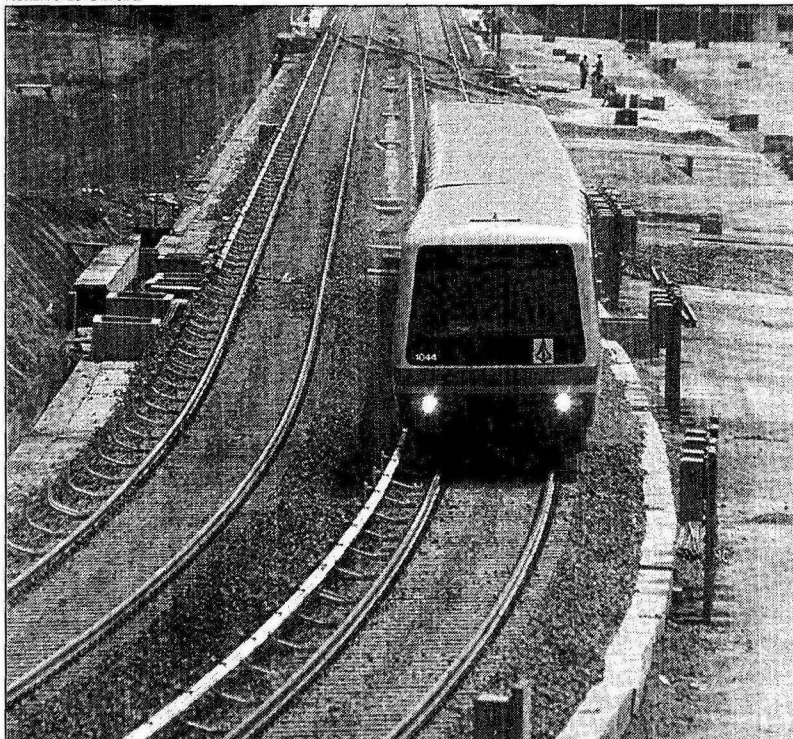
Ronaldo de Oliveira

As contas do Metrô de Brasília passaram pelo crivo do Tribunal de Contas da União (TCU). O voto do ministro Paulo Afonso de Oliveira assegura a continuidade das obras, permitindo, inclusive, a assinatura de mais um aditivo ao contrato inicial de maneira a se obter todos os recursos necessários para sua complementação. Aprovado por unanimidade na sessão de ontem do TCU, o parecer afirma que nos processos de licitação e de realização da obra ocorreram apenas falhas formais, que não afetam a lisura na administração pública.

O julgamento beneficia as administrações do governador Cristovam Buarque e do ex-governador Joaquim Roriz. Outro vencedor no processo foi o ex-secretário de Transportes do Distrito Federal, José Roberto Arruda, atual líder do Governo no Senado. "A obra do Metrô não teve nenhum questionamento, como mostra a manifestação unânime do TCU", comemorou o senador ao saber da decisão.

O atual custo da obra, maior que o previsto no início da licitação, foi considerado normal pelo ministro Paulo Afonso. O voto lembra que no Metrô do Rio de Janeiro se previu um custo inicial de US\$ 30 milhões por quilômetro, para um custo final de US\$ 100 milhões. O relator também lembrou o exemplo do Eurotúnel (que liga Inglaterra à França), orçado em US\$ 7 bilhões para um custo final de US\$ 13,8 bilhões, e o Metrô de Los Angeles, "que teve seu custo final de implantação cerca de 80% superior ao estimado inicialmente".

O voto, feito a partir de uma profunda auditoria feita pelos técnicos do TCU nas contas e obras do Metrô, ressalta ainda que não se comprovou ou se constatou indícios "de desvio de recursos, locupletação ou desfalque". Os aumentos de preço e mudanças na obra teriam ocorrido



Com a decisão do TCU, nada mais impede a construção do Metrô de Brasília

em função de melhorias e modernização no projeto inicial. Segundo o ministro, elas evitaram, em um futuro próximo, "reparos, acertos ou ampliações ao empreendimento", que iriam gerar "transtornos, e graves prejuízos financeiros, materiais e principalmente sociais".

O relatório dos auditores do TCU apontou para uma possível irregularidade na renegociação, já na administração Cristovam Buarque, das dívidas e custos de continuação da obra, "que teriam ultrapassado o limite, estabelecido em lei, de 25%". O voto do relator mostra, que na verdade, os valores de renegociação ficaram em 17,92%.

A auditoria do TCU considerou que o projeto inicial do Metrô de Brasília era inconsistente, feito para atender a apenas 22 mil pessoas por hora. Hoje, esse total foi revisto para 52 mil por hora. Em função

dessa falha, surgiram todos os problemas posteriores para a obra. Ao justificar-se, o senador José Roberto Arruda mostrou que a estimativa seguiu as recomendações de trabalhos técnicos da extinta Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU) e pelo Instituto Mauá.

Outra falha apontada estaria no trecho que atravessa Águas Claras. O projeto previa uma linha ao nível do solo, em uma área de chácaras. Com o nascimento da cidade satélite, teve de ser subterrâneo, tornando a obra mais cara. O relatório apontava para uma falha de projeto, pois a construção do núcleo habitacional já estaria prevista no planejamento urbano do Distrito Federal. O voto do ministro Paulo Afonso seguiu a direção contrária, mantendo que não havia nada que permitisse antecipar o surgimento do novo bairro.